

Sindicalistas usam livro como arma

Brasília — Luciano Andrade

BRASÍLIA — Depois de pronta a nova Constituição, o *lobby* dos sindicatos em Brasília editará um livro com o nome, fotografia e partido dos 559 constituintes, revelando a votação de cada um deles em 20 artigos de interesse especial para os trabalhadores. O *Quem foi Quem na Constituinte* — nome escolhido para o livro — terá uma edição de 600 páginas, para venda em bancas, e ao mesmo tempo será dividido em 26 fascículos correspondentes às bancadas dos 24 estados e dois territórios brasileiros.

"Nada será esquecido, tudo será registrado", promete o advogado Ulisses Riedel de Resende, diretor do Diap — Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, entidade que coordena o *lobby* trabalhista na Constituinte. Para editar o *Quem foi Quem*, o Diap já assinou contrato com a Oboré Editorial, uma editora de jornais sindicais de São Paulo dirigida por um grupo de antigos dissidentes do PCB paulista.

Resumo — Ao mesmo tempo, o Jornal do Diap publicará um resumo das mesmas informações do livro em tiragens capazes de atingir, virtualmente, segundo Resende, a todos os 3 mil e 100 sindicatos de trabalhadores urbanos e 2 mil 600 sindicatos de trabalhadores rurais do Brasil. "O movimento sindical será totalmente informado" sobre o que vai se passar na Constituinte, acrescentou o lobbista.

Os sindicatos já prepararam a pauta mínima com a qual esperam exercer sua pressão junto aos constituintes, nesta fase de votação do anteprojeto do deputado Bernardo Cabral na Comissão de Sistematização. Ela inclui as reivindicações já conhecidas: estabilidade no emprego, jornada semanal de 40 horas, ampliação da base básica para efeito de cálculo do salário mínimo (incluindo itens como lazer, educação, saúde e previdência), modificações no direito de greve, proibição das horas extras etc.

Propositadamente, segundo Resende, o Diap deixou de lado os itens políticos ou econômicos, já que nestes haveria o risco de divisão no movimento sindical. O Diap é uma entidade com 12 funcionários e sede em Brasília, fundada com apoio das nove confederações de trabalhadores do sindicalismo oficial brasileiro, mais a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e CGT (Central Geral dos Trabalhadores).

A idéia de lançar o *Quem foi Quem* ocor-

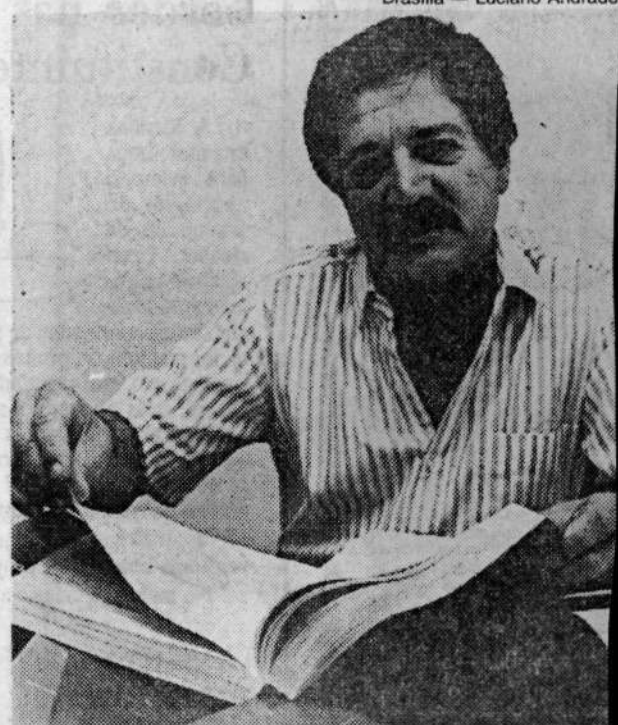
reu em um momento em que os líderes sindicais optavam por mudar as suas táticas de pressão sobre os constituintes. Os sindicatos deixaram de lado as grandes concentrações nos gramados em frente ao Congresso e passaram a atuar na base eleitoral dos parlamentares. Essa estratégia, garante Ulisses Riedel de Resende, "é mais eficaz".

Cerco — Para esse cerco às bases, os sindicatos servem-se de uma rede de jornais sindicais que, segundo Sérgio Gomes, um dos diretores da Oboré, seria capaz de tiragens de até 10 milhões de exemplares. O modelo é parecido na maioria deles. O último número do boletim da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais, por exemplo, publica a lista dos 93 membros da Comissão de Sistematização e respectivos telefones. O desenho de um polegar para cima, para baixo ou o de uma mão estendida indicam: "estes estão conosco", "estes podem estar" e "estes estão contra".

Um levantamento feito pelo Diap mostra que dos 93 membros da Sistematização, 40 seriam "progressistas", 35 "conservadores", 14 "liberais" e quatro de "posição desconhecida". Trinta foram da Arena, 33 do MDB e 30 não eram filiados a nenhum desses partidos. Para "uso interno", segundo Resende, o Diap preparou também um perfil político de toda a Comissão de Sistematização, destinado especialmente aos dirigentes sindicais.

Neste perfil, por exemplo, o presidente da Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ) aparece como "fundador e líder da conservadora UDN", mas que "adota agora posições mais liberais". O perfil realça a atuação do relator Bernardo Cabral quando era presidente da OAB durante o episódio do Riocentro, acrescentando que o deputado "optou pelo trabalho dos relatores-adjuntos, liderados por Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), mais progressista e de maior interesse para a classe trabalhadora".

Sobre Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do governo na Câmara, o perfil diz que ele "está envolvido em todas as questões conservadoras". Sobre o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) o trabalho afirma que ele foi convidado para secretário do governador Moreira Franco, "mas preferiu ser estrela Constituinte".



Ulisses Riedel contrata editora

Cabral contraria os lobbistas

"Perplexidade". É essa a palavra usada pela maioria dos *lobbies* contrariados no projeto de Bernardo Cabral para revelar suas frustrações. Jaqueline Pitanguy, a presidente do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher, diz mais: "Fiquei indignada com os inúmeros artigos que o relator redigiu esquecendo os direitos da mulher." Com sete pedidos de destaque na Comissão de Sistematização, seu protesto começa pelo preâmbulo.

Até agora, os textos do projeto consagram no preâmbulo o propósito de construir uma grande nação, sem distinção de raça, cor, procedência, religião ou discriminação de sexos. O relator excluiu do projeto este último item. Jaqueline acha que, exatamente no momento em que os poderes da República se aproximam da sociedade civil, não se justifica que o relator retire do projeto a isonomia salarial prevista anteriormente para o homem e a mulher.

Ela protesta também porque a união estável deixou de ser considerada casamento, e não

entende por que não foi prevista a aposentadoria opcional aos 25 anos de trabalho para a mulher. Na mesma indignação está o *lobby* dos bancários, que batalhou esses meses todos para garantir no texto constitucional a aposentadoria aos 30 anos de serviço, sob o argumento de que a mão-de-obra bancária é mais sobrecarregada que as outras.

O advogado Ulisses Riedel, coordenador do *lobby* dos trabalhadores, também não perdoa as inovações de Bernardo Cabral. "Nossa primeira queixa é quanto ao fato de uma pessoa, ao seu alvedrio, mudar tudo que foi negociado durante meses." A garantia do emprego, por exemplo, estava protegida pela proibição de demissões imotivadas, e agora o relator consagrou nas disposições transitórias coisas como aviso prévio, indenização e rotatividade de mão-de-obra. O relator suprimiu também a correção automática dos salários, a jornada de 40 horas e jogou para a lei ordinária a punição dos abusos de greve. Só o *lobby* dos trabalhadores tem 23 pedidos de destaque.